



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase em Educação.

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA PERSPECTIVA DA PERMANÊNCIA DOS(AS) ESTUDANTES

Gyslanea Dayanne da Silva¹

Resumo: No presente trabalho, apresentaremos pontos de reflexão acerca do trabalho do(a) Assistente Social na política de educação, com destaque para a educação profissional e tecnológica, fazendo as correlações necessárias com o cenário de proteção social no Brasil, na contemporaneidade, de modo a ratificar a importância do referido profissional no âmbito dessa política pública.

Palavras-chave: Educação Profissional; Proteção Social; Serviço Social na Educação.

Abstract: In the present work, we will present reflection points about the work of the social worker in education policy, with emphasis on professional and technological education, making the necessary correlations with the social protection scenario in Brazil, in the contemporary, in order to ratify the importance of this professional in the context of this public policy.

Keywords: Professional Education; Social Protection; Social Service in Education.

INTRODUÇÃO

Diante desse cenário de investimentos limitados no social e de recorrente desmonte das ações de proteção social pública, este trabalho se propõe, à luz da perspectiva crítica de base materialista-dialética, pautar reflexões acerca do trabalho do Assistente Social na educação, elucidando as possibilidades e os limites a partir das demandas dos(as) estudantes e da dinâmica institucional.

O plano de fundo para este escrito é a experiência profissional no âmbito da educação profissional e tecnológica no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) *Campus* Cabo de Santo Agostinho, espaço sócio-ocupacional no qual a autora em tela está inserida e desenvolve sua intervenção cotidiana.

Este estudo iniciou-se durante o mestrado, com a proposta de analisar as condições e o contexto de proteção social que referenciam as trajetórias de vida dos (as) filhos(as) da classe trabalhadora e mediam o acesso dos mesmos à educação profissional. E com isso identificar como os elementos de proteção social pública estão presentes nas diferentes realidades, cujo alicerce comum é a identificação de classe numa sociedade regida pelo sistema capitalista de base neoliberal.

¹ Profissional de Serviço Social. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. E-mail: <as.dayanne@gmail.com>.

Neste artigo, por sua vez, pretende-se destacar como o(a) Assistente Social inserido na política de educação profissional, pode direcionar sua atuação, de acordo com o projeto ético-político hegemônico na categoria, considerando as demandas dos(as) estudantes e os limites institucionais, de modo a contribuir com a permanência dos(as) estudantes durante o período de formação. Limitamo-nos a destacar a permanência pois, nesse espaço, não atuamos no acesso e o êxito é uma categoria que não daríamos conta de tratar neste momento.

Dessa forma, por perceber que para permanecer na instituição, uma série de demandas e desafios se apresenta ao público acima identificado, justifica-se a relevância deste estudo para que assim possamos avançar na produção do conhecimento do Serviço Social nesta política pública.

1. A Atuação do(a) Assistente Social na Política de Educação: limites e possibilidades com vistas à permanência dos(as) estudantes.

Inicialmente, cumpre afirmar que a atuação do(a) Assistente Social na educação, de forma geral, não é uma demanda nova, visto que remonta às bases de sua institucionalização e reconhecimento como especialização do trabalho coletivo. Desde seu reconhecimento como profissão, o(a) Assistente Social foi chamado(a) a intervir numa perspectiva educativa, de base disciplinadora e conservadora da ordem e da moral predominantes na sociedade, sobretudo nas fábricas junto aos operários e suas famílias.

Porém, os registros literários com relação à atuação desse profissional na educação escolarizada são poucos, sobretudo na referida época, onde a perspectiva profissional nas diversas áreas tinha o perfil generalista acentuado, em que pese o ranço cultural conservador do assistencialismo e da benemerência.

Com o processo histórico de especialização da força de trabalho somado ao movimento de luta da classe trabalhadora, ampliou-se a intervenção do capital no provimento das necessidades sociais, e o Estado, por sua vez, ampliou as bases de reconhecimento dos direitos sociais, materializados na legitimação e oferta das políticas públicas em diferentes esferas da vida em sociedade (saúde, habitação, previdência, assistência social, educação, entre outras).

Esse redirecionamento do Estado ante as demandas de ordem social implicou a necessidade de expandir espaços de atuação para profissionais ligados a estas áreas, dentre eles o(a) Assistente Social, que tem no Estado seu maior empregador e nas políticas públicas seu espaço predominante de atuação.

O profissional de Serviço Social, diante da sua especialização no marco da divisão sócio-técnica do trabalho, tem na questão social a base de sua fundação e intervenção

profissional (IAMAMOTO, 2010, p. 163). Suas competências e atribuições privativas, em qualquer espaço sócio-ocupacional, são orientadas e norteadas pela concepção ético-política, gestada desde o final dos anos 1970, que materializou princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional (CEP) de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993) e nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996.

O atual Projeto Ético-Político (PEP) hegemônico no Serviço Social, que se consolida no trânsito dos anos 1980 aos 1990, reconhece, na mediação interventiva do trabalho profissional, nas diferentes expressões da questão social, a liberdade como valor ético central e o compromisso profissional com as demandas políticas a ela inerentes: autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais (RESOLUÇÃO CFESS nº 273/1993).

Logo, a dimensão política que orienta o referido projeto posiciona-se

[...] a favor da *equidade* e da *justiça social*, na perspectiva da *universalização* do acesso a bens e serviços relativos às políticas e programas sociais; a *ampliação* e a *consolidação da cidadania* são explicitamente postas como *garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras* (NETTO, 2009, p. 155).

É através destas defesas que o PEP dos(as) Assistentes Sociais, já indicado seu posicionamento em defesa da classe trabalhadora, vincula-se à construção de uma nova ordem societária, sem exploração e/ou dominação de classe, etnia e gênero, na qual a democracia seja reconhecida através da socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

Todavia, é no cenário da sociedade burguesa, ancorada no modo de produção capitalista, de orientação ideológica neoliberal que este projeto é desafiado a materializar-se. É no bojo da lei da acumulação, que dá concretude à dimensão estrutural da questão social, que o profissional do Serviço Social é chamado a intervir, considerando as diversas manifestações que conformam este objeto de intervenção.

Nas palavras de Iamamoto (2010, p. 183),

Reafirma-se, pois, a questão social como base de fundação sócio-histórica da profissão, em seu enfrentamento pelo Estado, pelo empresariado e pelas ações das classes trabalhadoras no processo de constituição e afirmação dos direitos sociais, o que requer decifrar suas multifacetadas refrações no cotidiano da vida social, que são “matéria” do trabalho do Assistente Social.

Nesse sentido, é no cotidiano marcado pelas refrações advindas da exploração do trabalho pelo capital, marcado pela ação política do Estado, detentores do grande capital e trabalhadores, em que se alicerçam as políticas sociais e forjam-se suas estratégias de respostas às diferentes expressões da questão social.

Nessa dimensão macroestrutural, queremos destacar a particularidade da inserção do(a) Assistente Social na Política de Educação, que como as demais políticas sociais, é alinhada ao posicionamento do Estado frente às demandas legítimas da reprodução social. Posicionamento este paradoxalmente marcado pelo progressivo retrocesso e despolitização dos direitos sociais, articulado ao discurso privatista de otimização dos gastos públicos.

Dessa forma, a inserção de Assistentes Sociais na Política de Educação

Inscreve-se, portanto, na dinâmica contraditória das lutas societárias em torno dos processos de democratização e qualidade da educação, cujo resultado mais efetivo tem se traduzido na expansão das condições de acesso e permanência, a partir do incremento de programas assistenciais, o que caracterizou a intervenção do Estado no campo das políticas sociais na primeira década deste século (CFESS, 2013, p. 37).

Esse caráter assistencial, que configura a intervenção do Estado nas políticas sociais, demanda para o(a) Assistente Social tornar público o significado social da profissão, seu espaço e limites de atuação, superando o caráter assistencialista do ideário coletivo e da intervenção social, tendo em vista que em muitos espaços escolares é um(a) profissional novo(a) na equipe escolar, e para outras instituições tradicionais de ensino ainda é visto na concepção conservadora que se (re)atualiza nos espaços da sociedade.

Como profissão de caráter interventivo, o(a) Assistente Social busca, através das políticas sociais, a defesa e a ampliação de direitos sociais, fortalecendo o enfrentamento das manifestações da questão social que no espaço escolar influenciam direta e indiretamente o processo de ensino-aprendizagem.

Partindo de uma avaliação crítica da sociedade e dos projetos civilizatórios em disputa nesta base, o(a) Assistente Social, através do saber profissional, diferencia sua atuação dentro da dinâmica do trabalho por encarar as demandas cotidianas a partir da totalidade social que a expressa, tendo clareza do limite profissional e da complexidade do seu espaço de atuação atrelados às atribuições e competências que legitimam sua prática e garantem seu lugar dentro do espaço institucional.

O(a) profissional embasado(a) no referido posicionamento crítico, em defesa da democratização do acesso e da permanência na educação escolarizada, numa concepção de “educação para além do capital” (MÉSZÁROS, 2008), pauta seu trabalho no sentido de superar a *psicologização* e individualização dos problemas apresentados pelos(as) estudantes, considerando a trama de relações e vínculos sociais que os problemas identificados refletem.

Ou seja, o fato dos (as) estudantes estarem padronizados sob o mesmo uniforme não os generaliza mas também não individualiza a compreensão das demandas que expressam, mas sim, os particulariza dentro de um coletivo diverso e complexo. Essas demandas compreendidas pelo(a) Assistente Social muitas vezes requerem a articulação de

uma equipe interdisciplinar que possa responder profissionalmente às múltiplas competências que as mesmas envolvem, e mais ainda a recorrência à família e à rede socioassistencial de referência do sujeito para responderem a outros espectros das demandas que ultrapassam a competência da instituição escolar.

Nessa compreensão demarcamos que através da parceria com outros profissionais, principalmente com os(as) professores que estão em contato direto com os(as) estudantes no dia a dia da instituição de ensino, o(a) Assistente Social identifica as demandas e realiza sua intervenção, mas não significa que esta dará conta de responder às múltiplas prerrogativas do objeto de intervenção, tendo em vista os limites institucionais e as atribuições profissionais no espaço escolar.

Com isto queremos afirmar que não compete a um único profissional dar respostas de forma isolada a todas as demandas advindas das multifacetadas refrações da questão social dentro de uma política. Para isso, remete-se à necessidade do trabalho multi ou interdisciplinar e em rede, respeitando os espaços e as matérias de atuação de cada profissional e de cada política na dinâmica societária.

Diante das especificidades das intervenções profissionais, desconectadas de favoritismo e assistencialismo, mas sintonizadas com a questão do direito e da defesa da qualidade da educação pública, o(a) Assistente Social imprime, difunde e/ou fortalece na instituição escolar o respeito às diversidades e às desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira para que os demais profissionais da educação possam ponderar as situações expressas neste universo que transitam entre as dimensões inter e extra-institucionais.

Esse panorama geral das peculiaridades da atuação profissional no âmbito da política de educação deve ser compreendido, expandido e materializado conforme os níveis e as modalidades de ensino que compõem a política em tela, considerando as particularidades das instituições de educação no que tange “a dinâmica dos espaços ocupacionais, legislações, prerrogativas dos entes governamentais, profissionais e públicos” (CFESS, 2013, p. 8).

Nessa perspectiva, no âmbito da educação profissional ofertada pelo IFPE e da experiência profissional no *Campus* Cabo de Santo Agostinho, destacam-se, a seguir, os principais instrumentais utilizados e atividades realizadas pelo(a) Assistente Social neste espaço sócio-ocupacional, dentro do organograma maior da política pública de educação:

- Estudos socioeconômicos;
- Pareceres sociais, sobretudo na concessão de benefícios estudantis;
- Visitas domiciliares;
- Entrevistas sociais;

- Orientações sociais junto aos estudantes e às respectivas famílias, com ênfase para aqueles(as) atendidos pelos programas específicos da política de Assistência Estudantil;
- Acompanhamento da frequência e do rendimento escolar numa articulação com o(a) profissional de pedagogia, psicologia, direção de ensino e coordenações de curso, numa referência às estratégias de contenção da evasão e retenção, na perspectiva de fortalecer a permanência e o êxito;
- Acompanhamento social de estudantes em regime domiciliar por ocasião de afastamento médico, licença maternidade ou outros motivos legais reconhecidos na organização acadêmica da instituição;
- Participação nos espaços de controle social e de representação estudantil, a exemplo dos Conselhos de Classe, do Colegiado de Representantes de Turmas e Conselho Municipal de Assistência Social;
- Participação nos eventos institucionais e estudantis;
- Realização de roda de diálogo e/ou promoção de espaços de comunicação coletiva com os estudantes sobre questões sociais que perpassam a formação intelectual, crítica e humana;
- Diagnosticar e intervir em demandas sociais que interferem no processo de ensino-aprendizagem;
- Encaminhamentos à rede socioassistencial;
- Propor alternativas de atendimento às demandas por Assistência Estudantil;
- Planejar, coordenar, avaliar e organizar os processos de seleção socioeconômica dos programas específicos que compõem a política de Assistência Estudantil na instituição;
- Gerir e acompanhar os investimentos dos recursos referentes à rubrica da Assistência Estudantil, junto à Divisão de Apoio ao Ensino e ao Estudante (DAEE) e à Direção Geral do *Campus*;
- Participação em comissões e núcleos de estudos e pesquisas referentes a questões sociais na educação, com ênfase nos núcleos de políticas inclusivas;
- Elaboração e/ou participação em projetos de pesquisa e/ou extensão, sob a orientação da função social da instituição de produzir e compartilhar conhecimentos com a comunidade interna e externa, fortalecendo a indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão, no patamar de uma educação pública, universal e de qualidade;
- Dentre outras atividades que demandem o conhecimento técnico do profissional de Serviço Social na instituição.

Cabe ressaltar que, todas estas atividades e instrumentais acima elencados são fundamentados nas três dimensões que compõem a intervenção profissional, ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, reforçando a importância do(a) Assistente Social neste espaço educacional e legitimando sua pauta de intervenções dentro das prerrogativas institucionais.

No *locus* de investigação da pesquisa, registra-se a presença de uma Assistente Social lotada na Divisão de Apoio ao Ensino e ao Estudante (DAEE) que compõe uma equipe multidisciplinar, junto a uma Pedagoga e uma Psicóloga. Nesse cenário, a política de Assistência Estudantil ocupa a centralidade das requisições do cotidiano profissional, através de uma atuação voltada, sobretudo, para a permanência e o êxito. Por isso a necessidade motivadora da pesquisa de conhecer o que antecede a chegada do(a) estudante na instituição, conhecer a referência do acesso, para poder fazer a leitura crítica dos processos reais que mediatizam a vida em sociedade e que repercutem na dimensão da educação escolarizada, entendendo que a atuação do Serviço Social vai além da instituição escolar e o processo de ensino-aprendizagem não se encerra na escola.

Em consonância com o artigo 206 da CF/1988, que no inciso I declara que o ensino será ministrado com base no princípio da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a política de Assistência Estudantil, desenvolvida nas Instituições Federais de Ensino Técnico e Superior, é destinada à permanência dos(as) estudantes prioritariamente advindos de escolas da Rede Pública e/ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, considerando as situações de vulnerabilidade social; estudantes com deficiência; transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades; e superdotação.

A referida política no âmbito do IFPE contempla programas técnico-científicos que abarcam pesquisa, extensão, monitoria, entre outros que congreguem estratégias de ensino, pesquisa e extensão; programas específicos voltados para a manutenção acadêmica, que materializa-se em auxílio financeiro, benefício eventual, apoio a participação em eventos, apoio a visitas técnicas e assistência ao estudante do PROEJA; e programas universais, através de acompanhamento biopsicossocial, incentivo à cultura e à arte, incentivo ao esporte e lazer.

Diante dessa estrutura, a política referencia uma equipe multidisciplinar para sua materialização, dada a amplitude e a diversidade das dimensões que abarca dentro do processo de formação. Na composição desta equipe estão Assistentes Sociais, pedagogos(as), psicólogos(as), nutricionistas, assistentes de alunos, entre outros profissionais a depender da realidade de cada *Campus*.

No entanto, destacamos que os programas específicos demandam a atuação direta e imprescindível do(a) Assistente Social, tendo em vista que o acesso a estes programas necessita de uma análise socioeconômica e do parecer técnico do(a) Assistente Social.

O Programa Bolsa Permanência, por exemplo, é ofertado via edital elaborado pelo(a) Assistente Social, que organiza e conduz todo processo de divulgação, inscrição, análise, definição dos valores² do auxílio financeiro destinado à manutenção acadêmica, de acordo com a realidade orçamentária do *Campus* e a particularidade de cada estudante que se encontra no perfil do programa. Além disso, realiza o acompanhamento regular dos estudantes beneficiados pelo programa, através dos registros de frequência, rendimento escolar e outras estratégias de atuação necessárias, como por exemplo atendimento social, visita domiciliar, orientações individuais e coletivas, encontro com os estudantes para avaliação dos objetivos do programa, entre outras.

No intuito de contribuir para a igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas, científicas, esportivas e culturais, o grande desafio ao(à) Assistente Social e aos demais profissionais engajados nessa política institucional é consolidar a noção de proteção social pública na Assistência Estudantil, numa referência à noção de público para além de condições comprovadas de vulnerabilidade socioeconômica, mas atrelada ao caráter universal de expressão da cidadania, não deixando, portanto, de tratar as particularidades expressas dentro da diversidade e da complexidade do universo estudantil.

Da forma como está sendo executada, percebe-se que

Na maioria das vezes, não são os direitos dos indivíduos que estão em jogo, e sim as possibilidades familiares que são julgadas. Isto explica a importância do parâmetro da renda familiar no contexto dos programas assistenciais. Como apontou Cioffi (1998), as condições de vida de cada indivíduo dependem menos de sua situação específica que daquela que caracteriza sua família (MIOTO, 2009, p. 56).

A preponderância do critério de renda *per capita* nos processos de análise socioeconômica e (re)comprovação da mesma a cada período de validade dos editais³, levando em consideração também a questão orçamentária destinada aos programas específicos da Assistência Estudantil, são alguns dos entraves para a universalização desses programas como direito de todos(as) os/as estudantes que deveriam acompanhar todo o período de formação acadêmica.

² Esses valores compreendem uma escala de no mínimo 10% e no máximo 100% do salário mínimo vigente, conforme disposto na política de Assistência Estudantil institucional.

³ Os editais do PBP são ofertados em cinco ou dez parcelas de acordo com o período de entrada dos vestibulares. Nesse caso, quando estas parcelas são cumpridas para aqueles estudantes que foram atendidos pelo programa, um novo edital é lançado e o(a) precisa participar de todo processo de inscrição, que comporta dentre outras coisas a comprovação de renda dos membros da família maiores de dezoito anos.

Nessa breve pontuação é importante deixar claro que o Serviço Social no âmbito das Instituições Federais de Ensino não se reduz à política de Assistência Estudantil, conforme apresentado nas principais atividades realizadas pelo(a) profissional no âmbito de suas competências e atribuições privativas, e muito menos se resume aos processos de análise e acompanhamento de auxílios estudantis, que é uma ação dentro da política de Assistência Estudantil.

Porém, no cotidiano profissional, a relação número de estudantes e número de profissionais tende a ser desproporcional e os programas específicos da Assistência Estudantil acabam demandando muito tempo da jornada de trabalho do(a) Assistente Social, que por vezes reduz sua atuação em outras dimensões dentro da ampla e complexa política de educação, priorizando as demandas relativas aos auxílios estudantis.

Nesse sentido, por um lado temos um cenário social no qual

A lógica da sociedade do capital é antagônica à proteção social por considerá-la expressão de dependência e atribuir as suas ações contorno de manifestação de tutela e assistencialismo, em contraponto a liberdade e a autonomia que, pelos valores da sociedade do capital, devem ser exercidas pelo “indivíduo” estimulando sua competição e desafio empreendedor (SPOSATI, 2013, p. 656).

Por outro, temos um cotidiano profissional marcado por demandas que revelam as diversas expressões da questão social que envolve os estudantes e suas famílias e se refletem nas condições de permanência e no processo de ensino-aprendizagem, como situação de desemprego, aumento do número de famílias vivendo das parcelas do seguro desemprego em vias de terminar, aumento da informalidade, aumento da demanda por manutenção acadêmica, situações de violência, alcoolismo, homossexualidade reprimida por rejeição da família, jovem aos dezoito anos morando sozinho diante do falecimento da mãe e da ausência do pai e sobrevivendo de “bicos” de ajudante de pedreiro, ausência de convívio paterno por motivo de prisão, mais de uma família residindo no mesmo domicílio por limitação de renda, gravidez na adolescência, famílias com demandas de saúde mental sem acompanhamento efetivo de serviços públicos de saúde, jovem da zona rural que vem morar na casa da patroa da mãe para poder estudar, dentre outras realidades que perpassam o cotidiano de muitas famílias oriundas da classe trabalhadora.

Portanto, esse terreno tenso, de projetos societários e educacionais em disputa, demanda-se do(a) Assistente Social uma atuação direcionada pelo PEP e demais diplomas legais que legitimem a intervenção profissional voltada para a garantia e universalização dos direitos sociais.

Para tanto, faz-se necessária a leitura crítica e holística do cenário contemporâneo de proteção social para a compreensão das demandas expressas no âmbito da educação, mas que tem correlações societárias mais amplas e que exigem do (a) profissional a

mediação com os equipamentos sociassistenciais das demais políticas públicas territorialmente referenciadas. É preciso uma visão para além da instituição, e um embasamento do ponto de vista teórico e empírico das condições e dos contextos de acesso que mediatizam a chegada do(a) estudante à instituição.

Nesse sentido, ratificamos a importância de conhecer a realidade prévia para construir possibilidades de avanço na ordem das contribuições profissionais para a permanência e o êxito almejado pela formação.

As implicações do cenário de proteção social envolvem o antes, o durante e o depois da formação profissional aqui debatida. Envolvem a referência individual e familiar de cada estudante, as motivações e os caminhos trilhados na busca pela formação profissional, o projeto institucional do IFPE, e se reflete, sem dúvida, no fazer profissional do(a) Assistente Social, uma vez que estas implicações consolidam o projeto de classe hegemônico na sociedade e se expressam em todos os âmbitos da sociabilidade do capital.

Do percurso da acolhida à formação, e de todas as intercorrências possíveis neste intervalo, a compreensão das demandas identificadas na educação, que também estendemos para outras políticas públicas, deve estar embasada na leitura estrutural e conjuntural do cenário social que a explica, forjada por referências de proteção e desproteção social.

Em suma, imprimindo a direção ético-política hegemônica no Serviço Social e consolidando as perspectivas ético-política, teórico-metodológica e técnico-operacional, numa visão crítica e holística da realidade, o(a) Assistente Social é desafiado a superar a imediatividade expressa nas demandas do cotidiano, suspender a aparência muitas vezes imbuída do senso comum conservador, e intervir na essência a partir da articulação dos vários elementos que compõem a trama social, despido(a) de preconceções e munido da perspectiva do direito, da equidade e da justiça social.

Olhar para as trajetórias dos(as) estudantes e considerar as demandas por eles apresentadas seja de orientação, seja de auxílio estudantil ou qualquer outra pertinente ao Serviço Social e compreendê-las numa associação do universal ao singular para qualificar a intervenção particular, expressa de forma individual ou coletiva, ante os limites e possibilidades reais.

Dessa forma, atuar na política de educação e de forma especial, diante da realidade pesquisada, na política de Assistência Estudantil, é compreender a política de educação como política pública de acesso universal, na qual devem ser fortalecidas estratégias de permanência, a partir da democratização do acesso, é entender que programas/benefícios/auxílios financeiros públicos não são para pobres, mas para cidadãos demandantes; que para além da “pseudoconcreticidade” (KOSIK, 1976) das demandas

identificadas no cotidiano existe um histórico de referência individual e coletiva da qual destacamos a família e a rede de solidariedade a qual o sujeito vincula-se.

Além disso, é perceber que nem sempre a intervenção social isolada dará conta de responder a todas as dimensões das expressões da questão social apresentada. Por isso a importância de ponderar as implicações do cenário de proteção social, de envolver o sujeito demandante na elaboração das respostas por ele requeridas e de uma atuação coletiva, convidando outros sujeitos profissionais e políticas públicas envolvidos, respeitado o sigilo e as prerrogativas de cada profissão envolvida, de modo a consolidar a intervenção na perspectiva de possibilitar a permanência e contribuir para o processo de formação profissional num diálogo horizontal entre a formação técnica e a formação crítica e humana do sujeito no processo de ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa visão crítica de base materialista histórico-dialético, é preciso conhecer e reconhecer as condições objetivas que conformam as determinações sociais numa dada sociedade para compreender as implicações do cenário de proteção social no acesso à educação escolarizada, e na permanência, que conduz a conclusão da formação, pela classe trabalhadora, social e economicamente menos favorecida, para embasar a defesa pela democratização do acesso e das condições de permanência.

Assim, como as demais políticas públicas reconhecidas no âmbito do Estado, a educação, na sua trajetória de reconhecimento público, foi marcada pelo caráter elitista e pela desigualdade social que alicerça a sociedade capitalista de orientação (neo)liberal. Reconhecida tardiamente diante das necessidades do capital em formar mão de obra especializada para atuar nas estratégias de desenvolvimento econômico do país. Na direção de uma economia urbano-industrial que passou a se formar no período da Primeira República, a educação ganhou espaço na agenda pública e foi sendo estendida para as camadas populares da sociedade. Porém, os princípios da democratização e da universalização neste decurso histórico ainda não se consolidaram plenamente.

Para o(a) Assistente Social que atua na política de educação, o contributo deste estudo está, justamente, em reafirmar a importância do significado social deste profissional no referido espaço sócio-ocupacional; a atitude investigativa diante da realidade na qual intervém; e de ratificar a imperiosa necessidade do direcionamento ético-político hegemônico no Serviço Social para a compreensão das demandas expressas na imediatividade do cotidiano, a partir de uma visão crítica e totalizante das múltiplas

dimensões que conformam a essência estrutural do contexto político, social, econômico e cultural de base capitalista.

Nesse sentido, a partir da referência às atribuições e competências profissionais, e às possibilidades e aos limites institucionais, olhar para as trajetórias de acesso à educação escolarizada e acompanhar as demandas da formação é atuar de forma comprometida com a classe trabalhadora, imprimindo a concepção de direito e de respeito à diversidade e às diferenças sociais identificadas no processo de ensino-aprendizagem. Numa intervenção articulada com outros sujeitos profissionais e outras políticas públicas que qualifiquem as respostas demandadas pelo sujeito em formação, que não se exaurem ao espaço escolar, sem perder de vista a defesa da formação crítica e humana, no diálogo com as competências e habilidades intelectuais, posicionada em favor de uma educação pública, universal e de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 23 dez. 2018.

_____. **Decreto nº 7.234, de 1 de julho de 2010** - Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm> Acesso em: 23 dez. 2018.

_____. **Lei nº 8.662/93** - Regulamentação da Profissão do(a) Assistente Social. Brasília: CFESS, 1993.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2018.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 23 dez. 2017.

CFESS/CRESS. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília, 2013.

CFESS. **Código de ética profissional do/a Assistente Social**. 10. ed. Texto aprovado em 13/3/1993, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. Brasília, 1993.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2010.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIOTO, R. C. T. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. (Orgs.). **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Orgs.). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SPOSATI, A. Proteção Social e Seguridade Social no Brasil: pautas para o trabalho do Assistente Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 116, p. 652-674, out./dez. 2013.